

2

O sujeito nos estudos da tradução: revisão de conceitos-chave

Este capítulo discute a maneira como vem sendo predominantemente abordada no campo dos estudos da tradução a relação entre o tradutor e as contingências que determinam sua atividade. Com esse intuito, discutiremos alguns dos principais conceitos que foram cunhados por estudiosos da tradução e que colaboram para a visão da tarefa tradutória como uma atividade sobredeterminada por circunstâncias sócio-históricas e político-ideológicas. Procuraremos mostrar que esses conceitos foram formulados por um viés social, o que torna necessário um maior investimento teórico-conceitual nos aspectos históricos particulares do sujeito. Defendemos ser o momento de ampliar o espaço dado também às singularidades daquele que realiza as traduções, sem recair no sujeito cartesiano ou egóico, que tudo sabe e tudo controla. Para tanto, cabe desenvolver mais detalhadamente a relação tradutor-língua-ideologia, procurando compreender como o sujeito-tradutor responde ao processo de sujeição à ideologia, o chamado assujeitamento. Em Análise do Discurso francesa, o assujeitamento é o

movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito de seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha a ilusão de autonomia [...] o sujeito só se constitui através do assujeitamento [e] é pelo sujeito que a ideologia torna-se possível já que, ao entendê-la como prática significante, concebe-se a ideologia como a relação entre sujeito, língua e história na produção dos sentidos (Ferreira, 2005, p.12).

Dentre os estudos e conceitos propostos a partir da chamada “virada cultural” *cultural turn* (Snell Hornby, 1990) – e com base no fato de tais estudos terem inaugurado a reflexão sobre a atividade tradutória por um viés marcadamente sócio-histórico e político-ideológico – optamos por analisar brevemente a teoria dos polissistemas (*polysystem theory*), de Even-Zohar (1978, 1979); o conceito de manipulação (*manipulation*), de Theo Hermans (1985); e os

conceitos de reescrita (*rewriting*)¹ e patronagem (*patronage*), de André Lefevere (1992). Nossa escolha se baseia na alta produtividade que tais conceitos e teorias apresentaram, e continuam apresentando, no campo dos estudos da tradução no Brasil e no mundo, possibilitando, entre outras coisas, o resgate do processo de formação de novas literaturas por meio da atividade tradutória.

A partir desses teóricos, focalizaremos os estudos de Lawrence Venuti ([1986] 1995a) e Maria Paula Frota (2000a). No caso do primeiro, investigaremos mais detalhadamente as considerações feitas em seu artigo “A invisibilidade do tradutor” ([1986]1995a) e em particular sua proposta de “estratégia de resistência” (*resistance strategy*), também expressa no capítulo “A call to action”, do livro *The translator’s invisibility* (1995b). Esses dois textos de Venuti foram escolhidos por serem os que mais se aproximam do tema por nós proposto nesta pesquisa: o entendimento dos processos de *assimilação* e *resistência* do tradutor às instâncias de seu assujeitamento por meio da confluência entre os Estudos da Tradução e a Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux ([1975]1988).

No que tange a Frota (2000a), a estudiosa foi escolhida por ter realizado uma pesquisa profunda sobre o sujeito que traduz. Ao propor o conceito de *singularidade*, Frota conseguiu apresentar um caminho para se pensar o sujeito-tradutor numa dimensão de assujeitamento para além do político-ideológico e sócio-histórico, de modo a não apagar a singularidade do desejo. Trata-se de uma reflexão até então pouco desenvolvida nos estudos da tradução, a qual nos interessa aqui retomar em conjunto com a Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux.

2.1

O assujeitamento do tradutor às esferas sócio-ideológicas

Nesta seção, discutiremos o que entendemos como assujeitamento do tradutor às esferas sócio-históricas e político-ideológicas sob a perspectiva de alguns estudos da tradução. Nosso intuito é mostrar avanços obtidos nesse campo

¹ Alguns estudiosos, como Maria Clara Castellões de Oliveira, preferem usar “reescritura” como tradução para o conceito *rewriting* em função da relação que se pode estabelecer com o termo “Escritura”, remetendo ao pensamento de muitos intelectuais de origem judaica, dos quais vários são importantes representantes do pensamento estruturalista e pós-estruturalista francês.

bem como fazer algumas críticas no sentido de indicar a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a atuação de *um* tradutor no processo tradutório.

Um marco nos estudos da tradução que impulsionou a visão da tradução como algo que extrapola os supostos limites do texto a ser traduzido foi a já mencionada *virada cultural*, quando a análise de elementos como o tempo, o espaço, a história e a cultura passaram a ser relevantes para a investigação da prática tradutória.

Vários foram os pensamentos e teorias desenvolvidos em outras áreas do conhecimento que tiveram reflexos na área dos estudos da tradução. Entre eles estão, por exemplo, os chamados estudos culturais, que ampliaram a noção de cultura definindo-a como prática cultural histórica (Hall, 1980, p.27). Por meio de um olhar diferenciado sobre a história, passou-se a considerar a cultura como uma categoria-chave que conecta vários estudos e análises, como a crítica literária, por exemplo, e a investigação social. Tendo como ponto de partida as estruturas sociais e o contexto histórico, os estudos culturais ampliaram o sentido de “cultura” de modo a incluir também as práticas cotidianas, a vida comum. Tal abertura contribuiu para que atividades consideradas marginais, e dentre elas podemos incluir a prática tradutória, começassem a ter espaço nos estudos acadêmicos. Além disso, eles se formaram como um campo de estudos no qual diversas áreas se interseccionam, propondo a interdisciplinaridade (ver Hall, 1980, p.7).

No que se refere a noções como as de leitura e autoria, por exemplo, os Estudos da Tradução se valeram de concepções advindas da crítica e teoria literárias. A partir da década de 1960, os textos literários passaram a ser vistos como “abertos” a várias leituras, sendo o leitor um componente ativo no processo de interpretação, o qual passa a ser considerado um processo de produção de sentidos, deixando de ser visto como mera decodificação. Na Itália, Umberto Eco (1962) levantou a hipótese da “obra aberta”, caracterizada exatamente pelas várias possibilidades de leitura que um texto pode suscitar; no contexto alemão, Hans Robert Jauss (1977) problematizou a recepção dos textos literários, salientando que as interpretações não são fixas; e Wolfgang Iser (1976) reivindicou para o leitor o papel de elemento diretamente responsável pela construção de significados de um texto ao preencher “os vazios” nele existentes; no universo francês, Roland Barthes ([1968]1988) desmistificou a noção de autoria ao

defender “a morte do Autor”, colaborando para que o foco dos estudos literários fosse desviado para o leitor. A partir desses estudos, “o autor deixou de ter com um texto uma relação de propriedade, sendo figura [...] para a qual o texto aponta” (Foucault, [1969]1992, p 34). Esses posicionamentos são particularmente relevantes para a tradução, pois a redefinição dos conceitos de autoria e de leitura abre espaço no campo teórico-conceitual para o reconhecimento da voz do tradutor no processo de realização de sua tarefa. A busca por uma intenção autoral plenamente acessível e recuperável foi substituída pela visão do tradutor como um elemento ativo, um construtor de significados, já que a escrita da tradução resultará da interpretação desse leitor/tradutor.

Outras relevantes reflexões foram desenvolvidas no próprio âmbito dos Estudos da Tradução e levaram a uma discussão mais profunda da complexidade tradutória. Dentre elas se destacam a teoria dos *polissistemas*, a qual abordaremos em seguida, na subseção 2.1.1, os conceitos de *manipulação*, *reescrita* e *patronagem*, apresentados na subseção 2.1.2, e a *escrita de resistência*, discutida e problematizada na subseção 2.1.3.

2.1.1

A teoria dos polissistemas: a macroestrutura da tradução é investigada

Itamar Even-Zohar (1978, 1979), tendo como base o formalismo russo, desenvolveu sua teoria dos polissistemas (*polysystem theory*). O estudioso não somente propôs uma visão da literatura como pertencente a um polissistema heterogêneo, complexo e dinâmico – a cultura – como também demonstrou ser a própria literatura um polissistema, entre cujos sistemas se inclui o da literatura traduzida. Esse “sistema de sistemas” é heterogêneo: há várias tendências, gêneros, escolas literárias competindo constantemente por prestígio e poder (Martins, 2002, p.36). Os sistemas que compõem os polissistemas, portanto, não estão em posição de igualdade, havendo tensão entre eles, um jogo de forças que estabelecem centros e periferias. Esses movimentos centrífugos e centrípetos explicam, entre outras coisas, o relacionamento entre literaturas canonizadas (formas padrão, modelos etc.) e periféricas (o que não é oficial, não-padrão, dissidente etc.).

A hipótese dos polissistemas permitiu que se pensasse além do texto, tendo aberto caminho para se chegar a uma explicação de diversos mecanismos internos e externos ao polissistema literário. A partir da abordagem polissistêmica foi possível, por exemplo, definir as razões que tornam um texto elegível para tradução em um certo contexto, determinar políticas e comportamentos resultantes de relações entre os vários sistemas da cultura e, portanto, “a posição específica e o papel dos tipos literários na existência histórica da literatura” (ver Even-Zohar, 1978, p.119, nossa tradução).²

Vemos a teoria dos polissistemas como um passo fundamental dos estudos da tradução para entender o funcionamento macro da tradução: Even-Zohar postula que seu objeto de estudo não consiste em um texto individual, mas em uma multiplicidade de textos para que se sobressaia a rede de relações existentes (1979, p.304-305). A partir desse teórico, portanto, foi possível perceber que o processo tradutório envolve muito mais do que um texto e seu autor; tal atividade, para o estudioso, está intimamente ligada a padrões sócio-históricos e político-ideológicos do “contexto” em que é realizada, tanto podendo ser moldada por normas convencionalmente estabelecidas quanto ser fonte de um processo de subversão desses mesmos valores – daí advém, para nós, a maior contribuição dessa teoria. Antes de Even-Zohar, as abordagens à tradução, de cunho estritamente linguístico em sua maioria, usavam como unidade operacional a palavra ou o sintagma, sendo normativas e centradas na figura do autor. Mesmo as reflexões que buscavam avanços nos estudos da tradução mantinham um foco na microestrutura dos textos, não percebendo a complexidade da tradução como uma atividade altamente implicada em relações político-ideológicas. Isto é, em geral, as abordagens linguísticas se concentravam no plano da língua, descrevendo e comparando os diferentes idiomas. Principalmente após os trabalhos de Even-Zohar, questões como a recepção das traduções, a tradução como um processo cultural, as relações de poder, as relações entre os textos-fonte e meta etc., começam a ser colocadas. Como salientou Marcia Martins (2002), a partir dos polissistemas, o foco dos estudos se desloca do produto para um modelo de pesquisa que procura explicar o processo da tradução (p.35).

² Texto em inglês: “[...] the specific position and role of literary types in the historical existence of literature”.

Contudo, a teoria dos polissistemas também é passível de críticas. Martins, por exemplo, mostra que conceitos dicotômicos, como os de *centro* e *periferia*, hoje são fortemente questionados. Segundo Martins, ainda que o estudioso considere que não se trata de apenas um centro, mas vários, permanece o ideário de uma cultura oficial “que se manifesta na língua padrão, na literatura canonizada e nos padrões de comportamento das classes dominantes” (Martins, 2002, p.43). Além disso, como observou Else Vieira (1996), a proposta de Even-Zohar deixa de fora a dimensão humana, não explicitando “o papel dos agentes envolvidos no processo de reescrita” (130-131). Tal crítica não invalida sua relevância nos estudos da tradução – ela apenas chama a atenção, a nosso ver, para a necessidade de focar também, dentre outras, a intervenção do tradutor, ou seja, a de entender como atua esse sujeito da história, da ideologia, da língua etc., enquanto traduz.

2.1.2

Os conceitos de *manipulação*, *reescrita* e *patronagem*: os agentes da tradução entram em cena

Theo Hermans (1985), outro teórico importante da área, vê a tradução como um processo de “manipulação” (*manipulation*) ideológica do texto-fonte com base nos valores do contexto receptor. Hermans propôs o conceito considerando que “do ponto de vista da literatura-meta, todas as traduções implicam certo grau de manipulação do texto-fonte para um propósito determinado” (p.11, nossa tradução).³ Assim, para que o texto possa tornar-se compreensível na passagem de um contexto para outro, o mesmo é manuseado, alterado, ou seja, manipulado no novo contexto. O pensamento é o de que a tradução é regida por normas culturais e históricas, sendo, portanto, uma atividade influenciada por contextos sócio-culturais diferenciados, os quais pré-determinam os propósitos da tradução em um determinado momento histórico. Além disso, não somente o tradutor participa do processo, mas também outros agentes, como os editores e revisores, por exemplo.

³ Texto em inglês: “From the point of view of the target literature, all translations imply a degree of manipulation of the source text for a certain purpose”.

Para Hermans, as convenções sociais estão ligadas a valores que determinam o que é adequado ou não e, portanto, o que será aceito (ou não) em um determinado contexto. Logo, como qualquer outra atividade, a tradução está sempre ligada a valores instituídos. Traduzir envolve decisões, estratégias e objetivos regidos por regras instituídas que envolvem obrigações, proibições, permissões etc. No entanto, a sociedade e a cultura estão em constante movimento, levando o sentido a adquirir, como mostrou Martins (1996), “uma característica de instabilidade, em virtude da condição móvel da ambiência circundante” (p. 30). Assim, uma das contribuições do conceito de manipulação foi trazer para os estudos da tradução um modo de relacionar o contexto em que se produz o texto traduzido e os respectivos agentes produtores e receptores.

A ênfase dada ao contexto receptor permitiu a Hermans discutir a preferência por traduções que não revelassem a presença do tradutor no texto-alvo, sendo a tradução julgada em termos de sua “fidelidade” ao texto “original” (Hermans, 1985, p. 8). Nas palavras do autor, a origem desse pensamento que negligencia a tradução

parece situar-se em uma série de conceitos ingenuamente românticos de “gênio artístico”, “originalidade”, “criatividade” [...] Se o artista literário [...] é incomparavelmente dotado, com profundo conhecimento e mestria de sua língua nativa, o trabalho que ele produz será naturalmente visto como [...] intocável. (1985, p.7, nossa tradução)⁴

Negar a intervenção do tradutor no texto é uma ilusão que remete à própria negação da tradução. Como nos alerta o estudioso, “o ‘outro’ ao qual o texto traduzido se refere nunca é simplesmente um texto-fonte [...] é uma imagem dele” (1998, p.17). Daí podemos concluir que mesmo quando o texto-meta se aproxima do texto-fonte em vários aspectos, ainda assim será algo produzido por um ser de um tempo e espaço determinados e, portanto, repleto de intervenções, ainda que a despeito de sua vontade. Interessa-nos aqui compreender melhor como acontece essa intervenção do tradutor no texto-fonte, seja no sentido da manutenção ou no

⁴ Texto em inglês: “The ultimate provenance of these views, it seems, lies in a number of naively romantic concepts of ‘artistic genius’, ‘originality’, ‘creativity’ [...] If the literary artist is viewed as a uniquely gifted creative genius endowed with profound insight and a mastery of his native language, the work he produces will naturally come to be regarded as [...] untouchable”.

da resistência a valores, seja ela efetuada deliberadamente ou não. Essa questão do sujeito-tradutor não foi o foco de Hermans.

Por sua vez, André Lefevere (1992), entre outras considerações, defende ser a tradução uma importante forma de reescrita (*rewriting*), delineada pelo contexto ideológico. Para o estudioso, a tradução representa um modo de adaptação de uma obra estrangeira para um outro público, sendo manipulada pela estrutura de valores dos grupos sociais receptores. Tem-se, desse modo, uma acomodação daquilo que é estrangeiro às normas da língua e da cultura-meta. Lefevere considera que as reescritas desempenham um papel importante na composição e disseminação de uma obra e no desenvolvimento de literaturas (Lefevere, 1982, p.16-18; Vieira, 1992, p.133), sendo também por meio de suas reescritas que um texto se estabelece no interior dos polissistemas literários. Os reescritores manipulam os originais de acordo com as ideologias de seu tempo e espaço, ou seja, o processo de reescrita é modelado, de alguma forma, pela estrutura de valores da sociedade em que vivem, ainda que esses valores não sejam conscientemente percebidos. As traduções, portanto, constituem “manipulações ideologicamente comprometidas” (Oliveira, 2002, p.3).

Lefevere propôs também o termo “patronagem” (*patronage*) para se referir ao poder que as instituições, classes sociais, editores etc. exercem sobre os tradutores na tentativa de regular o funcionamento do sistema literário. De acordo com seu ponto de vista, a patronagem pode ser entendida como o poder que, exercido por instituições, pessoas, partidos políticos, classes sociais, editores e mídia, determina o que é permitido ou impedido em termos de literatura, agindo de fora do polissistema literário para dentro do mesmo (1992, p.15). Os chamados “patrocinadores” tentam regular o relacionamento entre o polissistema literário e os outros polissistemas que, juntos, formam a sociedade e a cultura. Percebemos como a proposta de Lefevere complementa a teoria dos polissistemas de Even-Zohar ao procurar lidar com os agentes responsáveis pela circulação e produção de traduções.

Os profissionais ligados a uma reescrita estão diretamente ligados “à ideologia dos patrocinadores que dominam a fase histórica do sistema social no qual o sistema literário está incluído” (Lefevere, 1992, p.15, nossa tradução).⁵

⁵ Texto em inglês: “[...] are close to the ideology of patrons dominating that phase in the history of the social system in which the literary system is embedded”.

Frequentemente, um trabalho de tradução só é realizado após ser encomendado e, conseqüentemente, patrocinado. Assim, a patronagem está intimamente ligada à ideologia. A aceitação de um patrocínio implica que escritores e reescretores trabalhem dentro dos parâmetros estabelecidos pelos patrocinadores. Ainda que não haja a participação de um patrocinador na forma de uma figura humana determinada, todo e qualquer tradutor estará sempre sujeito à ideologia do tempo e lugar em que se encontra. O texto-meta, portanto, constitui um produto das circunstâncias sócio-históricas e ideológicas.

De acordo com Lefevere, a patronagem consiste em três elementos básicos que interagem em diversas combinações (1992, p.16, nossa tradução).⁶ O primeiro deles é o fator ideológico, capaz de restringir a seleção e o desenvolvimento, tanto da forma quanto do conteúdo daquilo que irá circular em determinada cultura. O segundo fator é o econômico, vinculado à remuneração paga aos escritores e reescretores por parte dos patrocinadores. Por fim, existe a questão do *status*, que representa a ligação dos escritores e reescretores ao estilo de vida dos patrocinadores. Segundo Lefevere, um sistema literário pode estar controlado por patronagens diferenciadas ou não-diferenciadas. A patronagem diferenciada tem por característica o sucesso econômico. Um exemplo desse tipo de patronagem é a produção do escritor Paulo Coelho, o qual não escreve dentro dos parâmetros ditados pela academia, mas, ainda assim, tem vendagem garantida, dentro e fora do Brasil. No seu caso, o fator significativo é que suas obras caíram no gosto popular, não sendo relevante se ele faz ou não parte do cânone literário estabelecido (Campos, 2004, p. 62).

A patronagem não-diferenciada, por sua vez, tem seu lugar “quando os três componentes, ideológico, econômico e de *status*, são exercidos por um único e mesmo patrocinador” (Lefevere, 1992, p.17). Esse tipo de patronagem era muito comum no passado, quando grande parte dos países tinha a monarquia como sistema de governo. Nesses termos, o governante supremo reunia em si todas as três instâncias, o que, por conseguinte, fazia com que o escritor/reescritor se visse atrelado à ideologia dominante.

Para elucidar a questão, Lefevere (1992, p.11-25) aborda o caso de Shakespeare: este viveu em uma época cujo sistema de governo era a monarquia;

⁶ Texto em inglês: “Patronage basically consists of three elements that can be seen to interact in various combinations”.

logo, ele não poderia desafiar a rainha, sob pena de não mais escrever ou até perder a vida. Precisava, ainda, lidar com o puritanismo das autoridades londrinas, que tinham o poder de fechar os teatros, e prestar favores a Lord Chamberlain, seu patrocinador e protetor político, detentor da autorização para o teatro funcionar. Além disso, Shakespeare tinha que manter o interesse do público pelas peças. Eram essas as restrições contextuais que o autor precisava enfrentar ao produzir suas obras.

Uma das grandes contribuições de Lefevere, portanto, foi a de trazer para a reflexão sobre a tradução o papel que as contingências ideológicas, históricas, sociais e econômicas exercem sobre a tarefa do tradutor sob o prisma também das relações de poder.

Com essa breve revisão, procuramos apresentar formulações conceituais que esta tese pressupõe e às quais busca somar-se. Consideramos que a teoria dos polissistemas, proposta por Even-Zohar, permitiu uma visão mais ampla do processo tradutório e abriu caminho para que surgissem estudos como os de Hermans e Lefevere. Também percebemos, em conformidade com Vieira (1996), que as considerações de Hermans e Lefevere – com seus conceitos de manipulação, rescrita e patronagem – contribuíram para a mudança na abordagem dos estudos sobre a tradução ao introduzirem a dimensão do poder político, lançando luz sobre a influência exercida pelos vários agentes responsáveis pela continuidade cultural (Vieira, 1996, p.138). Apesar de o termo “intervenção” não ter sido explicitamente usado, não seria incorreto afirmar que tanto o conceito de manipulação quanto o de rescrita apontam para a inevitabilidade da intervenção do tradutor no texto-fonte durante o processo tradutório, bem como dos outros agentes envolvidos no processo de produção e publicação de traduções. Nessas teorias, contudo, a intervenção fica limitada às esferas de ordem social.

Além disso, apesar de esses teóricos terem contribuído fundamentalmente para que os estudos da tradução considerassem os laços existentes entre os processos de (re)escrita e os mecanismos ideológicos em operação na sociedade, acreditamos que tais estudos podem ser refinados em pelo menos dois pontos específicos. Primeiramente, os fatores político-ideológicos e sócio-históricos são observados nesses estudos como *exteriores ao tradutor e à língua*, desse modo, determinando *de fora* a tradução. No entanto, esses fatores “externos”, em outras

abordagens do funcionamento da ideologia na/pela língua, como a Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux, o caminho por nós adotado, são pensados como *elementos constitutivos do sujeito e, portanto, presentes já na sua relação com a língua antes mesmo de qualquer ato tradutório*: é pela língua que o tradutor (e qualquer sujeito) se constitui como sujeito ideológico; *língua que é também lugar do furo, do equívoco*. Há que se pensar, ainda, que durante o próprio processo de leitura (o primeiro passo da atividade tradutória propriamente dita), a intervenção do tradutor já se faz presente pelo fato de o sujeito ser constituído pela linguagem e pela ideologia. Como se sabe, é a partir da imagem construída pelo gesto interpretativo do tradutor face ao texto-fonte que o texto-meta é composto. Sendo assim, a *relação entre língua-sujeito-ideologia está sempre já lá*, presente antes mesmo que se dê a passagem de uma língua para outra. Além disso, traduzir é, sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa, uma modificação na materialidade do texto e, com ela, novos gestos de interpretação entram em cena, os quais estão compromissados “com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade [constitutiva].⁷ Este é um aspecto crucial” (Orlandi, 1996, p.14), como veremos adiante.

Em segundo lugar, e para nós o mais relevante, o aspecto no qual acreditamos ser possível refinar os estudos ou conceitos mencionados: a ausência de qualquer menção da relação existente entre os mecanismos sócio-históricos e político-ideológicos e a singularidade do sujeito. Ou seja, não foi objetivo desses estudos entender a intervenção do tradutor como resultante de um processo de movimentação de sentidos advinda do entrelaçamento entre sujeito ideológico e sujeito do inconsciente, processo o qual é marcado pela falha; algo que ainda está por ser feito no campo dos estudos da tradução.

⁷ Toda vez que o termo “exterioridade” é abordado em Análise do Discurso, qualificado ou não por “constitutiva”, ele é entendido não como algo exterior que influencia o sujeito, mas como *interdiscurso*, conceito que será discutido no próximo capítulo.

2.1.3

A escrita de resistência: “a intervenção crucial do tradutor” é destacada

Um dos nomes mais importantes nos estudos contemporâneos da tradução é Lawrence Venuti, teórico e tradutor que vem promovendo uma ampla discussão sobre a atividade tradutória, mostrando-a como uma tarefa eminentemente política, uma vez que ela permeia relações diplomáticas, institucionais e econômicas entre países, tendo implicações globais. Dentre as suas considerações, o que nos interessa discutir é sobretudo a sua proposta de uma estratégia de resistência (*resistance strategy*), um modo de ação política por parte do tradutor que poderia, segundo o autor, retirá-lo de sua condição de invisibilidade e permitir uma troca cultural concreta. Vejamos o caminho tomado pelo estudioso para propor o que entende por “resistência”.

Venuti sustenta que a percepção da tradução como uma atividade que está a serviço de uma ideologia descortina assimetrias, revela injustiças, ilumina relações de dominação e dependência ([1998]2002, p.5) e, por essas razões, a tradução é vista como um grande “escândalo”.⁸ Além disso, ele discute que a escolha dos textos a serem traduzidos, bem como a das estratégias adotadas na realização de uma tradução podem não somente alterar ou consolidar cânones, como também construir uma identidade para uma cultura-fonte em uma cultura-meta. Outro escândalo da tradução é revelado quando se tem em mente que a escolha de uma determinada estratégia tradutória pode criar valores e práticas diferentes do modelo cultural vigente no contexto-meta, proporcionando, dessa forma, uma abertura para a alteridade, para a visualização do outro e, portanto, permitindo que se opere uma inscrição de valores estrangeiros no contexto doméstico. A essa estratégia Venuti dá o nome de “tradução estrangeirizadora” (*foreignizing translation*). Por outro lado, se a tradução está apenas voltada para a produção de um texto fluente, o autor nomeia a estratégia adotada de “tradução domesticadora” (*domesticating translation*). O texto caracterizado pela fluência (*fluency*) é, segundo Venuti, aquele texto em que “há a ausência de quaisquer passagens canhestras, construções não idiomáticas ou significados confusos

⁸ O título do livro do qual extraímos a citação é exatamente *Scandals of Translation* (1998), cuja tradução no Brasil é *Escândalos da tradução* (2002).

[transmitindo] a sensação de que a tradução reflete a personalidade ou a intenção do autor estrangeiro, ou o significado essencial do texto original” (2002a, p.111).⁹ Em outras palavras, o tradutor privilegia o contexto receptor e, com ele, os valores domésticos padrão, o que tem como consequência o apagamento de marcas culturais e linguísticas do texto-fonte, bem como daquelas que são tidas como “marginais” pelas classes hegemônicas da sociedade de chegada, gerando o efeito de transparência (*transparency*).

Através dessas estratégias opostas entre si, Venuti retoma a famosa conferência de Friedrich Schleiermecher “*On the different methods of translating*”, proferida em 1813, e afirma que a estratégia da domesticação consiste, nos termos de Schleiermacher, em “deixa[r] o leitor em paz e leva[r] o autor até ele” ([1813]2001, p.43).¹⁰ Nessa estratégia, cabe ao tradutor facilitar a leitura – eliminando da tradução os elementos que possam dificultar ou obstruir o entendimento do leitor – e fazer com que o texto traduzido pareça ter sido originalmente escrito na língua-meta. O critério usado é o da fluência, que permite ao texto traduzido ser bem aceito e, portanto, consumido no contexto-meta. Nas palavras de Venuti, “quanto menos canhestra, estranha e ambígua for uma tradução, mais legível será e, portanto, mais ‘consumível’ se tornará como produto no mercado editorial” (1995a, p.117).¹¹

De acordo com Venuti, a domesticação implica a “invisibilidade do tradutor”, noção usada por ele pela primeira vez no artigo intitulado “*The translator’s invisibility*” (1986), título que foi posteriormente dado a seu primeiro livro, *The translator’s invisibility: a history of translation*. De acordo com Venuti, a invisibilidade do tradutor é o resultado, por um lado, da conduta dos editores, revisores, redatores etc. de preferir e até mesmo exigir a tradução fluente, e, por outro lado, da maioria dos leitores, os quais tratam o texto traduzido como se houvesse sido originalmente escrito na sua língua. Essas duas atitudes “apagam

⁹ Texto em inglês: “[...] when the absence of any awkward phrasings, unidiomatic constructions or confused meanings gives the appearance that the translation reflects the foreign author’s personality or intention or the essential meaning of the original text”.

¹⁰ Texto em inglês: “[...] leaves the reader alone as much as possible, and moves the writer toward the reader”

¹¹ Texto em inglês: “[...] the less awkward, unidiomatic and ambiguous a translation is made, the more readable it is, and hence, the more ‘consumable’ it becomes as a commodity on the book market”.

completamente a intervenção crucial do tradutor no texto”, o que equivale a dizer que “o trabalho da tradução *deve* ser apagado” (1995a, p.111).¹²

O procedimento estrangeirizador, por outro lado, caracteriza-se pela manutenção de marcas estrangeiras, ou seja, pela importação de padrões institucionais ideológicos e linguísticos, gerando quebras de leitura e fornecendo ao leitor pistas de que o texto não foi originalmente produzido no contexto-meta. Quando um tradutor opta por esse modo de traduzir, ele “deixa o autor em paz e leva o leitor até ele” (Scheleiermacher, 2001, p.43).¹³ O objetivo, nesse caso, não é o de uma representação “transparente” da cultura-fonte, mas a manifestação de valores divergentes. Diante disso, a tradução estrangeirizadora pode levar a uma discussão dos próprios valores domésticos pela presença da alteridade.

Essa estratégia é a defendida por Venuti e a que se relaciona diretamente com a resistência na sua teorização. Tanto que, segundo o *Dictionary of translation studies* (Shuttleworth & Cowie, 1999), o termo “resistência” (*resistance* ou *resistancy*, em inglês) é amplamente usado nos Estudos da Tradução como sinônimo para “tradução estrangeirizadora” (*foreignizing translation*) (p.144). Ao filiar-se à prática estrangeirizadora, Venuti pretende subverter no universo anglo-americano a hegemônica tendência domesticadora da operação tradutória a se conformar aos moldes político-ideológicos vigentes no contexto-meta, vindo a produzir textos fluentes e “transparentes”, os quais, como já se disse, geram no leitor a ilusão de que foram originalmente produzidos na língua-meta. Como vários estudiosos têm observado, essa tendência é global, ainda que por motivações diversas. Para o estudioso, a tradução estrangeirizadora pode não apenas ser vista como “uma forma de resistência ao etnocentrismo e ao racismo, ao narcisismo cultural e ao imperialismo, conforme interesses das relações geopolíticas democráticas” (Venuti, 1995a p. 20, nossa tradução)¹⁴, como também uma forma pela qual o tradutor pode lutar contra o processo de “auto-aniquilação” (*self-annihilation*) que lhe é imposto pela invisibilidade (1995b, p.8-20). Daí a apologia de Venuti em favor da “resistência”, termo

¹² Texto em inglês: “Completely efface the translator’s crucial intervention in the text [...] the work of translation *should* be effaced”.

¹³ Texto em inglês: “[...] leaves the writer alone as much as possible and leaves the reader toward the writer”

¹⁴ Texto em inglês: “Foreignizing translation translation in English can be a form of resistance against ethnocentrism and racism, cultural narcissism and imperialism, in the interests of democratic geopolitical relations”.

cunhado por ele para designar “a nova estratégia” (1995a, p.119) de deixar visível a intervenção do tradutor.

A defesa da resistência à influência imperialista, entendida nos estudos de Venuti como a defesa da estratégia de estrangeirização, se orienta por uma *ética da diferença*, a qual procura deixar evidentes as marcas da origem estrangeira do texto, desmistificando a suposta superioridade de uma literatura/cultura/língua doméstica e etnocêntrica.

Ao lado da sua proposta da estratégia de resistência, está o que o teórico chama de “leitura sintomática” (*symptomatic reading*), termo usado em oposição à “leitura desistoricizante”, ou “leitura de assimilação” (*assimilative reading*). A leitura sintomática, inspirada na arqueologia foucaultiana, seria uma leitura menos inocente e mais profunda, capaz de fazer o tradutor perceber as determinações ideológicas implicadas já no texto-fonte. Essa leitura crítica, segundo Venuti, permite ao tradutor enxergar a tessitura sócio-histórica e político-ideológica do texto-fonte, possibilitando ao tradutor manter as diferenças existentes entre os contextos fonte e meta. Um dos problemas dessa abordagem, como nos mostra Frota (2000a), é que ela pressupõe um tradutor capaz de perceber e controlar as contingências político-ideológicas. A questão que pode ser colocada é que há relações sócio-históricas e político-ideológicas que não são conscientemente percebidas bem como há aquelas que, para além disso, são constituídas na/pela história particular do sujeito que traduz, ainda que não haja marcas visíveis.

A proposta de Venuti representou um importante passo em direção à compreensão de que estudos sobre a tradução podem descortinar relações ideológicas e políticas. Ao promover investigações que demonstram a existência de momentos em que ora a tradução se orienta predominantemente pela busca da diferença, com procedimentos que procuram preservar o estrangeiro, ora pela busca da igualdade, com a domesticação, variando de acordo com as circunstâncias ideológicas do tempo e lugar em que as traduções analisadas foram produzidas, as pesquisas sob a vertente venutiana ampliaram o conhecimento da atividade tradutória. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a orientação de Venuti mostra-se como um pensamento de cunho predominantemente social, na medida em que a intervenção do tradutor é analisada como resultante de sua sujeição a condicionantes sócio-históricas e

político-ideológicas¹⁵. Nosso objetivo não é o de defender a possibilidade de um tradutor independente, dono irrestrito do seu dizer, mas o de advogar, como Frota, a necessidade de uma perspectiva no âmbito dos estudos da tradução que permita considerar o sujeito para alguém ou além do social, admitindo a singularidade do desejo na relação com a ideologia.

Além disso, assim como fizeram seus antecessores, Venuti coloca as questões político-ideológicas e sócio-históricas como *exteriores ao tradutor*, isto é, para o autor as questões ideológicas *influenciam* a atividade tradutória. Acreditamos, como propõe a abordagem discursiva francesa, que os sujeitos e os sentidos são constituídos na e pela relação entre língua e ideologia, ou seja, não se trata de uma questão contextual, de algo que vem de fora para dentro, mas *constitutiva*, sendo essa uma palavra-chave aqui. Como veremos no capítulo 3, os seres empíricos, segundo Althusser (1970), vivem na Ideologia, isto é, não há separação entre sujeito e interpelação ideológica (não haveria um dentro e um fora em termos práticos); há um movimento de dupla constituição no qual o sujeito só se constitui pelo assujeitamento ideológico e a ideologia só é possível porque há sujeito – é a ideologia entendida como “relação entre sujeito, língua e história na produção dos sentidos” (Orlandi *apud* Ferreira, 2005, p.12). No arcabouço teórico da Análise do Discurso francesa (AD), o conceito de “contexto” é substituído pelo de “condições de produção” porque na teoria discursiva a exterioridade não está fora do discurso, ela é constitutiva, daí o termo “exterioridade constitutiva”. Isto acontece porque na AD não se parte da história para o texto – se pensa o texto como materialidade histórica: “Não se trata, assim de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (Orlandi, 1996, p.55). Assim sendo, mais do que englobar as lutas de classes, as diferenças culturais, as divergências político-históricas, a exterioridade constitutiva considera os discursos nos quais estas instâncias se materializam. A exterioridade constitutiva reúne a memória do dizer, o já dito do interdiscurso (aquilo que fala em nós e que (des)conhecemos) presente no intradiscurso (o fio do discurso). Nas palavras de Orlandi:

O espaço de interpretação no qual o autor se insere em seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de

¹⁵ Ver, por exemplo, as críticas realizadas por Frota, 1999 e 2000.

autoria, resulta da relação do “sítio significante” com a exterioridade [constitutiva]. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem as possibilidades de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes. (Orlandi, 1996, p.15)

O tradutor, portanto, é autor duas vezes, quanto lê (e interpreta, no sentido da AD) o texto e quando traduz (e, novamente, interpreta, no sentido da AD), sendo a interpretação entendida como gesto¹⁶ que também constitui o sujeito. Por ser uma disciplina de entremeio, a AD não exclui e nem privilegia a linguagem em detrimento da exterioridade; nem o sentido já está fixado *a priori*, isto é, nem é uma essência, nem pode ser qualquer coisa – há determinação histórica. Assim,

O social [para a AD] não é correlato, ele é constitutivo. Isto é, não há uma correlação entre a estrutura da língua e a da sociedade, pois o que há é uma construção conjunta do social e do linguístico. Melhor ainda, define-se o discurso como um objeto social cuja especificidade está em que a materialidade é linguística [...] Não partimos [...] da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer a exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade. (Orlandi, 1996, p.27-28)

Parte-se da noção de que o mundo, o real, existe, mas é trabalhado no simbólico (p.28). Portanto, a AD trabalha com a noção de “exterioridade constitutiva”, ou “exterioridade discursiva”, a qual denomina de interdiscurso, aquilo que “fala sempre antes, em outro lugar [...] sob a dominação do complexo das formações ideológicas [e] que fornece a cada sujeito a sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas” (Orlandi, 1996, p.39). É no sentido de entender a constituição do sujeito e da ideologia que os estudos de Venuti podem ser mais desenvolvidos. Curiosamente, o caminho nos é apontado por ele próprio, no já citado texto “A invisibilidade do tradutor” (1995a), sobre o qual passaremos a nos deter com maior atenção.

Toda a reflexão de Venuti, como ele mesmo afirma no referido texto, está baseada “nas premissas do materialismo dialético tal como foi formulado por

¹⁶ “Gesto” em Análise do Discurso francesa é um conceito usado para tratar de um ato no nível do simbólico. O gesto da interpretação se dá “porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história” (Orlandi, 1996, p.18). Ao significar, “o sujeito se significa” (p.22).

Marx e reinterpretado por Althusser” (1995a, p.113).¹⁷ Cabe ressaltar que os dois pensadores formam a base do que hoje se chama Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux. Entretanto, como apontou Frota, não há qualquer alusão a Michel Pêcheux, “o qual sabidamente formulou uma teoria do discurso que visava articular o materialismo histórico e a linguística” (2000a, p.75). Desse modo, não seria incorreto dizer que o próprio texto de Venuti abre caminho para que seja feita uma relação entre a AD e os Estudos da Tradução.

Ao estudarmos o referido texto de 1986, percebemos que há momentos em que as formulações de Venuti se alinham às da AD; todavia, há outros em que as reflexões da AD podem complementar e iluminar pontos deixados em aberto ou pouco desenvolvidos pelo autor. Ao tentar explicar a falta de reconhecimento do trabalho do tradutor, por exemplo, Venuti, ainda que não explicita nesse momento do texto, retoma ideias de Marx como as de luta de classes, a mais valia e a função da ideologia como sendo a de dissimular os interesses das classes dominantes e legitimar a ideia de que as diferenças de classe são fruto de um processo natural. Assim, para Venuti,

os tradutores são rotineiramente alienados do seu trabalho por relações de produção que mais se assemelham às que determinam o trabalho em outros setores econômicos, como as indústrias de manufaturas e de serviços (1995a, p.112).¹⁸

O conceito de *relações de produção* foi elaborado por Marx e, embora tenha sido reformulado em vários estudos, pode ser entendido, resumidamente, como as formas pelas quais são desenvolvidas as relações de trabalho entre classes sociais. O termo também é usado em AD para se chegar a um conceito importante na área – as condições de produção (as quais discutiremos mais adiante e no capítulo 3).

Venuti, então, apresenta seus objetivos com o texto de 1986: i) expandir a ideia de que a tradução é uma produção ativa do tradutor que compartilha semelhanças com o texto-fonte, mas que também o transforma (1995a, p.113) e ii) formular um modo de leitura crítica, que em texto posterior irá chamar de “leitura sintomática” (*symptomatic reading*).

¹⁷ Texto em inglês: “[...] on the premises of dialectical materialism as formulated by Marx and reinterpreted by Louis Althusser”.

¹⁸ Texto em inglês: “Translators are routinely alienated from the product of their labor through relations of production that more closely resemble those determining labor in such other sector of the economy as the manufacturing and service industries”.

Com esses objetivos em mente e com base em Marx e Althusser, Venuti aborda o ponto central de sua discussão: o *contexto* no qual a tradução é produzida (1995a, p.113). O termo “contexto” em Venuti é usado quando ele aborda a relação existente entre o processo da tradução e a situação em que o mesmo ocorre, ou seja, as circunstâncias em que a tradução é produzida (o lugar, a época, a cultura do tradutor, a cultura do autor), e que definem como será feita a tradução. O ponto que nos interessa em particular é que, para Venuti, o contexto é exterior ao tradutor e à tradução, sendo algo que influencia a atividade de fora para dentro¹⁹.

Para Venuti, traduzir um texto de uma cultura-fonte para uma cultura-meta é um processo de transformação de um texto originalmente escrito em uma conjuntura social para outra cuja história²⁰ de desenvolvimento também difere (1995a, p.113). Há que se considerar, ainda, que a disjunção entre original e tradução, entre a língua-fonte e a língua-meta, acentua-se pelos “numerosos atos de interpretação que o tradutor tem que executar” (*ibidem*, p.114)²¹ e pelo deslizamento dos sentidos provocados pelas diferentes escolhas desse tradutor (*ibidem*, p.113). Segundo Venuti, “o significado desliza por ser contextualmente determinado” (*ibidem*, p.114)²², sendo necessário argumentar que

o processo transformativo da tradução não envolve apenas uma mudança em um contexto semiótico e interno, mas ocorre dentro de um contexto que deve ser concebido como social e externo [...] os determinantes sociais, ainda que externos

¹⁹ A partir desse momento, o termo “contexto” será usado por ser o escolhido por Venuti (e pelos estudos da tradução) para se referir às circunstâncias político-ideológicas e sócio-históricas. Posteriormente, faremos como faz a AD, a sua substituição por “condições de produção”, conceito que consideramos mais amplo para dar conta das discursividades.

²⁰ O conceito de história sugerido nos estudos mais atuais da tradução está ligado às práticas sociais e não a uma mera cronologia de eventos. De acordo com Bassnett e Lefevere (1998), esse novo conceito de história gerou a necessidade de relativização dos fatos, isto é, a consideração das contingências contextuais envolvidas na tradução em oposição a uma visão abstrata de tal atividade (p.1). Não seria incorreto dizer que há uma aproximação dos estudos da tradução com a noção de história proposta pela chamada “Nova História”. *La nouvelle histoire* foi o título de uma obra francesa editada pelo historiador Jacques Le Goff. A nova história, em termos gerais, surgiu como uma reação à concepção tradicional e objetivista de história como cronologia, como ciência dos fatos, e como disciplina que não considerava elementos culturais periféricos. Desse modo, a nova história surgiu no intuito de, entre outras coisas, analisar as estruturas (e não apenas elencar uma sucessão de fatos), considerar toda e qualquer estrutura (e não somente aquelas ligadas aos interesses hegemônicos), investigar os homens comuns (e não só os estadistas e grandes homens) e operar com outros tipos de fonte além dos documentos oficiais. (Burke, 1992, p.9-16)

²¹ Texto em inglês: “[...] numerous acts of interpretation that translator must perform”.

²² Texto em inglês: “[...] Meaning is slippery because contextually determined”.

ao texto traduzido, são inscritos em sua materialidade. (Venuti, 1995a, p.115, grifo nosso)²³

Há várias questões a serem discutidas aqui. Como vimos, para a AD, em qualquer ato linguístico há um processo de significação no qual há uma relação entre sujeitos constituídos pela ideologia e pela língua; e nessa relação, sujeito e sentido se constituem. Desse modo, o sujeito da AD é constituído pela e na relação língua-ideologia; não há uma separação ou um sujeito influenciado pela ideologia e pela língua. Esta é uma das grandes diferenças entre os estudos da tradução em geral e a AD. Para a AD, o sujeito empírico é capturado pela língua – e por isso mesmo *sujeito* – e imediatamente interpelado pela Ideologia, processo denominado de assujeitamento; só a partir do assujeitamento passa a ser sujeito.²⁴ O assujeitamento está presente no enquadre teórico da AD sob a forma proposta por Althusser da interpelação ideológica, processo em que o sujeito se identifica com a posição a que foi levado a ocupar e que faz com que seja “natural” para o sujeito enunciar daquele lugar. Como a interpelação é apagada, o sujeito se pensa livre. Sendo assim, enquanto em Venuti parece haver uma separação discernível entre língua, contexto externo e sujeito, em AD temos uma relação de imbricação. É interessante observar que parte dessas considerações já estava em Althusser quando este afirma que o sujeito é constituído pela interpelação e que todos somos desde sempre sujeitos (Althusser, [1970]1985, p.95). Isso quer dizer que não há como determinar esse momento de entrada no plano do simbólico. A categoria sujeito é condição para a existência social de um *sujeito empírico*. Logo, podemos reafirmar que a conjuntura social não influencia o trabalho do tradutor; o sujeito é desde sempre um sujeito de linguagem e, como tal, constituído por sua relação com a Ideologia. Esse raciocínio não está presente em Venuti e pode ser muito útil para dar mais profundidade às argumentações do autor.

Outro ponto que merece destaque é que o assujeitamento, como demonstrou Frota (2000a), não se dá apenas no plano ideológico. O processo de

²³ Texto em inglês: “[...] the transformative process of translation not only involves a change in a semiotic and internal context, but occurs within a context which must be construed as social and external, which is composed of both intertextual connections [...] Social determinants, while external to the translated text, are inscribed in its materiality”.

²⁴ Cabe lembrar aqui do conceito de “infans” da psicanálise. Antes de sua relação com a língua, aquele ser humano é uma “massa de carne”, nada mais. É a partir da sua entrada no simbólico que esse sujeito empírico se “transforma” em sujeito. A questão é que todo o processo de constituição acontece simultaneamente, sendo impossível ao sujeito captar esse primeiro “acesso” à língua (o significante primordial).

constituição do sujeito também implica sua história particular, a qual está marcada pelo desejo. A maneira como o sujeito se coloca cotidianamente, como ele lida com as tensões político-ideológicas e sócio-históricas é delineada também por seu assujeitamento ao inconsciente. A concepção de sujeito da AD, também calcada na psicanálise, reúne sujeito interpelado pela ideologia e funcionamento do inconsciente como processo discursivo. No texto de Venuti de 1986, percebemos que toda a reflexão do teórico está baseada em determinações sociais que podem ou não ser percebidas pelo tradutor. Como demonstrou Frota, trata-se aí apenas de algo que não é percebido (“inconsciente” como adjetivo). Venuti não considera “inconsciente” como substantivo, com uma estrutura tal como proposta por Sigmund Freud e desenvolvida por Jacques Lacan. Vejamos os exemplos abaixo:

[a atividade dos tradutores] é moldada pelas determinações sociais das quais eles podem ou não estar cientes, materiais linguísticos, literários e históricos que constituem seus textos podem muito bem provocar significados que vão além de suas intenções (Venuti, 1995a, p.123, grifo nosso).²⁵

... o foco [da descrição do modo exato como o tradutor produz], como indicam minhas análises de Graves e Pound, será a “trama de citações” que compõe a tradução, os materiais culturais frequentemente discordantes que nela são assimilados ou “citados”, com ou sem o conhecimento do seu tradutor (*ibidem*, p.123, grifo nosso).²⁶

O que Venuti deixou de abordar no primeiro caso é que “os significados que vão além das intenções do tradutor” podem ser resultado de uma ação do inconsciente e motivados pelo desejo de subverter o texto a ser traduzido, ainda que a intenção consciente do tradutor seja oposta ao que efetivamente ele realizou. No segundo caso, a pressão por uma tradução conscientemente fiel pode ter como resultado uma atitude oposta e não percebida, mas cuja raiz pode estar também na história particular do sujeito, no seu desejo inconsciente, na maneira como o sujeito se constitui no processo da interpelação ideológica.

Há vezes em que Venuti tenta abordar a dimensão de uma voz singular, porém, “acaba por apagar qualquer singularidade, caracterizando essa voz como reflexo da sobredeterminação ideológica” (Frota, 2000a, p.96). É esse o caso

²⁵ Texto em inglês: “[...] is shaped by social determinations of which they may or may not be aware, linguistic, literary and historical materials which constitute their texts and may very well signify beyond their intentions”.

²⁶ Texto em inglês: “The focus of such a description, as my analyses of Graves and Pound suggest, will be the ‘tissue of quotations’ that constitute the translation, the often discordant cultural materials that are assimilated or ‘quoted’ in it, with or without the translator’s awareness”.

quando Venuti afirma que “as escolhas do tradutor estão restritas pelo contexto social no qual são feitas” (1995a, p.123).²⁷ Desse modo, sobressai a visão do sujeito socialmente determinado. A postura defendida por Frota, com a qual concordamos, é a de um sujeito que seja constituído histórica e socialmente “sim, mas [também efeito] de um desejo inconsciente inscrito na história particular do sujeito” (2000a, p.94); essa é também a proposta da Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux.

Ainda que se restringindo a eles, Venuti defende a necessidade de uma forma mais rigorosa de abordar os determinantes sociais (1995a, p.115). A seu ver, o melhor caminho é, como já exposto, a dialética materialista reformulada por Althusser (1970):

Por *prática* em geral entenderemos todo processo de *transformação* de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (“de produção”) determinados. Em toda prática assim concebida, o momento (ou o elemento) *determinante* do processo não é nem a matéria-prima nem o produto, mas a prática em sentido estrito: o momento do próprio *trabalho de transformação* que põe em ação, em uma estrutura específica, homens, meios e um método técnico de utilização de meios. [...] a unidade complexa das práticas existentes em uma sociedade determinante em última instância é aí a prática de transformação da natureza (matéria-prima) dada, em *produtos* de uso pela atividade dos homens existentes, trabalhando pelo emprego metodicamente regulado de meios de produção determinados, no quadro das relações de produção determinadas (*apud* Venuti, 1995a, p.116, grifos nossos).²⁸

A partir dessa citação, Venuti afirma ser o texto-fonte a matéria-prima, lembrando que o próprio texto-fonte é resultado de um processo de transformação anterior; o processo de transformação é a ação da tradução; e o produto é o texto-meta. Seguindo esse raciocínio, Venuti sustenta que tanto o texto-fonte (a matéria-prima) quanto a atividade da tradução (o processo de transformação) são sobredeterminados por uma ideologia.

²⁷ Texto em inglês: “[...] because the translator’s choices are bound by the social context in which they are made”.

²⁸ Texto em inglês: “By *practice* in general I shall mean any process of transformation of a determinate given raw material into a determinate *product*, a transformation effected by a determinate human labor, using determinate means (of ‘production’). In any practice thus conceived, the *determinant* moment (or element) is neither the raw material nor the product, but the practice in the narrow sense: the moment of the *labor of transformation* itself, which sets to work, in a specific structure, men, means and a technical method of utilizing the means ... in the last resort the determinant practice in it is the practice of transformation of a given nature (raw material) into useful *products* by the activity of living men working through the *methodically organized* employment of determinate relations of production”.

O termo “ideologia” teria sido criado por Destut de Tracy, filósofo francês do final do século XVII, para designar a formação das ideias. O termo voltaria a ser empregado por Augusto Comte, que lhe acrescenta mais um sentido: o conjunto de ideias de uma época. No século XIX o termo passou a ser fundamental no marxismo. Segundo Marx, as crenças religiosas, filosóficas, políticas e morais tinham relação de dependência com as relações de produção e de trabalho, na forma como tais relações se constituem em cada fase da história econômica (Abbagnano, 2003, p.532). Desse modo, para Marx a produção das ideias não se separa das condições sociais, históricas e econômicas nas quais são produzidas (Chauí, 1980, p.32). De acordo com Althusser, "Marx retoma o termo, [e] lhe confere um sentido totalmente distinto. A ideologia é, aí, um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social" (1985, p.81). A função da ideologia passa a ser vista como a de dissimular os interesses das classes dominantes e legitimar a ideia de que as diferenças de classe são fruto de um processo natural.

No artigo “A invisibilidade do tradutor” (1995a), Venuti apresenta sua definição de “ideologia”, de base marxista, tomada a partir da proposta de Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado* e *A favor de Marx*. Para o estudioso, ideologia é definida como:

um conjunto de valores, crenças e representações sociais que são concretizados na experiência vivida e servem, em última instância, os interesses de uma classe definida. Em outras palavras, a ideologia é constituída, de um lado, por cada um dos momentos em uma prática social e, de outro lado, pelas relações de produção ou pelas relações de classe nas quais essa prática é situada, e atua como mediadora entre esses dois termos. A matéria-prima [...] e o campo conceitual no qual essa matéria é transformada são ambos ideológicos, porque já existiam previamente na história cultural e porque estão implicados em conjunturas de forças sociais anteriores. (Venuti, 1995a, p.116)²⁹

O pensamento de Venuti parece muito pertinente aos estudos da tradução ao chamar a atenção para o fato de que há pontos de vista ideológicos relacionados a interesses de classe atuando no processo transformativo da tradução. A implicação

²⁹ Texto em inglês: “[...] an ensemble of social representations, values and beliefs that are realized in lived experience and in last instance serve the interests of a definite class. In other words, ideology is constituted by, and mediates between, each of the moments in a social practice, on the one hand, and the relations of production or class relations in which that practice is situated, on the other. The raw material [...] and the conceptual field in which that material is transformed are both ideological because of their prior existence in cultural history and their implication in previous conjunctures of social forces”.

do conceito de ideologia para a tradução é que tanto o trabalho transformador da tradução quanto o de construção do próprio texto-fonte devem ser vistos como construtos ideológicos que podem, portanto, representar uma sedimentação (ou não) de ideologias. Ou seja, há determinações ideológicas funcionando nos dois pólos de produção – no texto-fonte e no texto-meta. É nesse sentido que Venuti propõe que se verifique a relação entre ideologia e estratégia de tradução. O espaço em aberto no plano teórico-conceitual, como já discutido, é o modo como se dá o processo de escolhas interpretativas e tradutórias de *um* tradutor: como este, inserido em um “contexto” previamente determinado (segundo a reflexão de Venuti) sucumbe às determinações sociais e, porventura, consegue atuar na alteração do *status quo*, sem que tal formulação teórica recaia na figura de um sujeito/tradutor senhor de seus atos – o já mencionado sujeito da razão, o qual teria plena consciência e controle de tudo o que faz.

Um outro ponto em que a AD pode enriquecer o pensamento teórico de Venuti consiste no conceito de *formações sociais*. Em termos gerais, o referido conceito pode ser entendido de duas formas: no sentido amplo, designa qualquer fase da evolução social, e, no sentido estrito, quando vem acompanhado de adjetivo (“primária”, “arcaica” etc.) designa períodos determinados de evolução social. De qualquer modo, o termo “formação social” reflete o grau de desenvolvimento de uma sociedade de acordo com a existência ou não de classes antagônicas, da exploração do trabalho e da propriedade privada. O conceito foi apresentado por Karl Marx na obra *Ideologia alemã* (1845-46), escrita em conjunto com Friedrich Engels. Na referida obra, Marx aborda a sucessão histórica das diferentes formas de propriedade. A noção de formação social, contudo, é mais desenvolvida posteriormente, quando o autor analisa as formações sociais pré-capitalistas. No prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* (1859), Marx propõe mais sistematicamente a concepção materialista da história, esboçando seus principais conceitos e enumerando as diferentes formações sociais. Embora Marx não tenha diretamente apresentado sua concepção de história, o autor reconhece que é a partir de um conhecimento histórico e de uma análise dos fatos que se podem compreender os elementos que formam a sociedade. Assim sendo, entender a sociedade capitalista como produção histórica seria o meio possível de suplantá-la, essa mesma sociedade, a qual está repleta de conflitos e contradições. As contradições sociais são a

manifestação concreta dos antagonismos de grupos e de classes, bem como evidenciam a construção de sujeitos sociais. Nessa construção, também entra em cena a construção de identidades coletivas, movida por interesses compartilhados, bem como estratégias de luta e de organização. Desse modo, a formação das classes e grupos sociais se dá também pelo conflito. A visão da sociedade como processo de construção faz com que ela não seja vista como algo abstrato, mas como formação, daí o termo “formação social”.

O conceito de “formação social” é o ponto de partida para a definição de outro conceito relevante, o de *formação discursiva*. Embora utilize o termo, Venuti não apresenta uma definição em seus textos, nem em “A invisibilidade do tradutor”, aqui em discussão, tampouco em texto posterior, “A formação de identidades culturais” (capítulo de *Escândalos da Tradução*, [1998]2002). Em associação a tais noções, Venuti formula o conceito de *consumibilidade* (*consumability*), o qual tem relação com o(s) valor(es) econômico(s) burgues(es) de consumir o que é mais legível, tornando a fluência o principal critério a ser usado no mercado editorial. Em outras palavras, de acordo com Venuti, são mais vendáveis (e, portanto, mais negociáveis) pela indústria editorial as traduções que obedecem ao critério da fluência. Nas palavras do autor:

A ideologia da consumibilidade pode ser considerada como um determinante externo da tradução: ela é imposta por revisores e editores, em parte em função dos índices de venda, o que significa que ela liga o texto a outra prática social, relativamente autônoma – de forma específica, à indústria editorial; de forma mais geral, às práticas econômicas adotadas nas formações sociais capitalistas. (p.117, grifo nossos)³⁰

Se o conceito de *formação social* tem relevância nos estudos da tradução é exatamente no ponto em que ele se liga aos conceitos de *formação ideológica* e *formação discursiva* tal como discutidos pela Análise do Discurso francesa, como veremos no próximo capítulo. Esses dois últimos conceitos nos permitirão entender de forma mais rigorosa a relação entre ideologia, sujeito e língua, e como o sujeito consegue agir, seja na forma da sustentação de valores, ou assimilação,

³⁰ Texto em inglês: “The ideology of consumability can be considered an external determinant of the translation: it is imposed by editors and publishers partly in response to sales figures, a point which means that it connects the text to another, relatively autonomous social practice – specifically the business of publishing, generally economic practice in capitalist social formations”.

seja na forma da rebeldia, da resistência, que, não necessariamente, irá envolver a estratégia da estrangeirização, como foi proposto por Venuti.

Dando prosseguimento a seu raciocínio, Venuti discute que a fluência é sustentada também por uma concepção de sujeito livre e autônomo, cuja natureza ideológica é a de manter o modo de produção capitalista (1995a, p.117). Com base em Nicos Poulantzas, Venuti sustenta que essa noção de sujeito instaura o “individualismo burguês” que, em conjunto com a ideologia da consumibilidade, define a preferência pela estratégia da fluência (*ibidem*, p.117). Ambas as ideologias – individualismo e consumibilidade – “determinam que o texto será traduzido e lido de forma a reproduzir as relações capitalistas de produção nas quais ele está inserido” (*ibidem*, p.117).³¹

Também falta à reflexão de Venuti considerar que qualquer atividade (de fala, de escrita, de tradução) é passível de falha. Ainda que com ressalvas, ele baseia suas ideias na possibilidade de discernimento das características textuais e ideológicas nos textos fonte e meta. O que o autor não considera, e abordagens como a da psicanálise e da AD conseguem fazê-lo, é que toda prática social, linguística, ideológica etc. admite o equívoco, e que este é motivado. O assunto é abordado, por exemplo, por Jacques Lacan, quando afirma que “só há causa daquilo que falha” e por Michel Pêcheux, no artigo “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, no qual remete a Lacan, como o próprio título sugere.

2.2

O assujeitamento ao desejo inconsciente: a singularidade entra em discussão

A consideração de particularidades do tradutor começou a tomar forma por meio de trabalhos como o livro *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*, de Maria Paula Frota (2000a), pesquisadora que traz a atuação do inconsciente na prática tradutória para o quadro teórico da disciplina, propondo a noção de *singularidade* para se referir às marcas do desejo. Tais marcas, se não são necessariamente

³¹ Texto em inglês: “[...] both determine that the text will be translated and read in a way that can reproduce the capitalist relations of production in which it is situated”.

visíveis, como são os lapsos, ainda assim se formam como escrita do inconsciente. No referido livro, Frota consegue, com a psicanálise, ampliar a discussão da dimensão subjetiva nos estudos da tradução. Baseando-se em conceitos de Freud e Lacan, como o de lapso de língua, Frota defende a ideia de que a escrita é também uma escrita do inconsciente. Os lapsos de leitura e de escrita, e, conseqüentemente, os lapsos de tradução, seriam, de acordo com Freud, resultado “de uma atividade mental que teve de lutar, e ao menos em parte saiu derrotada, com uma influência perturbadora qualquer, alheia à consciência” (*apud* Frota, 2000a, p.207). Se os lapsos sempre se constituem como formas facilmente identificáveis e indiscutivelmente incorretas, as “singularidades”, por outro lado, não admitem julgamentos unânimes de certo ou de errado (*ibidem*, p.212).

Para esclarecer o ponto de vista de sua abordagem, Frota discute, entre outros, dois casos que nos parecem bastante interessantes. O primeiro envolve uma de suas alunas, a qual traduziu *picking up*, normalmente traduzido por “pegando”, por “colando”, em sua tradução do poema “Kindness”, de Sylvia Plath:

<p>[...]</p> <p>What is so real as the cry of a <i>child</i>? A rabbit's cry may be wilder But it has no soul. <i>Sugar can cure</i> every thing, so [Kindness says. <i>Sugar is a necessary</i> fluid.</p> <p>Its <i>crystals</i> a little <i>poultice</i> O kindness, kindness Sweetly <i>picking up</i> pieces! My Japanese silks, desperate butterflies, May be pinned any minute, anaesthetized. [...]</p>	<p>O que é mais puro que o choro de um <i>filho</i>? O choro de um coelho pode ter mais ardor Mas ele não tem alma. O <i>açúcar</i> cura tudo, diz a Bondade. Açúcar, um fluido necessário.</p> <p>Seus <i>cristais</i>, um pequeno <i>cataplasma</i>. Ó bondade, bondade <i>Colando</i> os cacos com doçura! Minhas sedas japonesas, desesperadas [borboletas Alfinetadas a qualquer minuto, anestesiadas. [...]</p>
--	--

(Frota, 2000a, p.25)

Frota relata que a aluna não se conformava com a correção do professor e sustentava que “aquele *picking up* era claramente *colando*” (p.24). Ao ser perguntada por Frota sobre o motivo para defender tão veementemente sua

escolha, a referida aluna respondeu que não sabia, mas que mantinha sua tradução.

Após alguns minutos, no entanto, respondeu:

Quando eu era criança, minha mãe, ao confeitar bolos [...] me dizia que a cola do bolo era o glacê [...] Havia ocasiões em que via aqueles bolos completamente espedaçados [...] Mas [...] com a ajuda do glacê, a restauração do bolo era possível. O glacê, além de ser cola, era também o único remédio. (Frota, 2000a, p.24)

A partir da tradução da aluna e de seu depoimento, Frota conclui que, sem se dar conta, a tradutora “foi presa” em uma “espécie de rede” que explicaria “o processo de tradução que vivenciara” (Frota, 2000a, p.25): “*Child-filho-Maryluci* criança. *Sugar-crystals-açúcar-cristais*-o bolo de sua mãe, seu. *Cure-poultice-cura-cataplasma*- a restauração, o remédio, o glacê: *necessary fluid-fluido necessário* que refaz, cura, *cola!*” (*ibidem*, p.25). A partir desse entrelaçamento de significantes, Frota propõe que texto e tradutora se constituíram mutuamente, em um acontecimento singular, posto que foi

efeito de um trânsito particular de *um certo sujeito* entre os elementos estruturais da linguagem; efeito de uma certa vinculação subjetiva com esses elementos – um trânsito e uma vinculação que implicam uma diferença para além da polissemia já codificada para *picking up* (p.25).

Ou seja, não se trata de algo compartilhado socialmente; essa ruptura discursiva “pode ser pensada enquanto algo que escapa a uma cadeia interpretativa socialmente compartilhada” (p.26). E essa ruptura escapou à própria tradutora, sendo, portanto, (des)conhecida por ela.

Outro exemplo de ruptura discursiva fornecido por Frota foi o de uma tradutora que traduziu *rocking chair* (“cadeira de balanço”) como “cadeira de rodas” em um canção que fazia parte do filme de Woody Allen *Everyone says I love you / Todos dizem eu te amo* (1997). Segundo relato da tradutora, algumas semanas após ter entregado todas as legendas para o laboratório, ela acordou sobressaltada “com a certeza de que havia um equívoco na tradução de um dos números musicais”; foi até seu computador e viu: trocara “cadeira de balanço” por “cadeira de rodas” (Frota, 2000a, p.205). O contexto da cena envolvida era o de um velório no qual o fantasma do morto se levantava do caixão para alertar os familiares de que, se continuassem trabalhando com tanta intensidade, iriam

acabar presos em uma cadeira de balanço. Segundo Frota, a tradutora ficou “arrasada” com o erro; afinal, já havia morado nos Estados Unidos, onde fez seu mestrado e, portanto, não poderia ter cometido aquele “terrível ato falho”. Frota, por sua vez, defendeu a tradução “cadeira de rodas” por considerá-la mais adequada como metáfora da velhice na cultura urbana brasileira (2000a, p.205). Como fez Frota, vale acrescentar que a tradutora atribuiu sua “motivação inconsciente” a uma possível identificação entre o personagem idoso do filme – avô-defunto – e seus próprios parentes idosos, os quais usaram cadeiras de rodas na velhice (*ibidem*, p.206). Nesse caso, novamente temos um exemplo em que a história particular do sujeito determina uma escolha no texto traduzido, ou, em outros termos, tanto o “colando” do primeiro exemplo quanto a “cadeira de rodas” mostram-se como singularidades no sentido defendido por Frota: manifestação do inconsciente.

A partir dessas considerações, Frota analisa os postulados venutianos afirmando que “o que há de positivo em se trazer para a reflexão sobre a linguagem as chamadas conjunturas sócio-históricas consiste justamente na consideração de que as manifestações discursivas não podem delas abstrair-se” (*ibidem*, p.87). Todavia, a estudiosa critica no pensamento de Venuti a aparente crença na possibilidade de o tradutor manter-se totalmente consciente de seus atos durante o processo tradutório. Diz ela:

isolar os contextos sociais parece implicar também um problema em sua própria concepção: o deslocamento, para essa suposta instância, da fixidez e estabilidade anteriormente atribuídas aos significados. Passa-se a ter, de um lado, uma ordem de contextos sociais diferentes e discerníveis e, de outro, uma ordem de discursos igualmente distintos e apreensíveis. *Separar a linguagem das tensões históricas e ideológicas, social e discursivamente disseminadas, estabelecendo entre elas uma relação de exterioridade e de anterioridade, cria a ilusão de podermos, desde que estejamos preparados para tal, enxergá-las e controlá-las.* (Frota, 2000a, p.87, grifos nossos)

Os trechos grifados remetem exatamente à articulação que pretendemos realizar com a Análise do Discurso francesa, perspectiva teórica segundo a qual o sujeito é constituído, ainda que não se dê conta disso, pelas condicionantes sócio-históricas e político-ideológicas; mas que também admite a falha no ritual. Em outras palavras, para a AD não há desassujeitamento nem assujeitamento sem falhas.

Em função dos estudos realizados por Frota, percebemos a possibilidade de se expandirem as discussões a respeito do processo tradutório no sentido de abranger não apenas uma concepção histórica e social de sujeito, mas também de enfatizar a história particular do sujeito no processo de tradução. Se por um lado a intervenção do tradutor foi continuamente vista como algo negativo (ou por incompetência do tradutor, ou por impossibilidade inerente à tradução dadas as diferenças linguístico-culturais), as concepções atuais a admitem como inevitável, porém a entendem, em sua maioria, como sendo de ordem estritamente social e ideológica, deixando de apresentar uma entrada para o que há de particular nas ações humanas, ao mesmo tempo que ignoram a possibilidade do equívoco na “determinação”. É no sentido de acrescentar essa dimensão singular de assujeitamento ao desejo inconsciente que a adoção de formulações advindas da psicanálise pode contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre o processo tradutório.

Entendemos o desejo inconsciente não somente como outra esfera de assujeitamento; ele está na raiz primeira das ações do sujeito; ou, na perspectiva da AD, está na raiz do processo de tomada de posição no complexo das formações ideológico-discursivas. Como já exposto, foi com o intuito de entender a complexidade dos movimentos de assimilação e resistência do tradutor que nos interessamos pela Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux, arcabouço teórico para o qual língua, ideologia e inconsciente estão em um processo de imbricação. Será a partir da concepção de Pêcheux de um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente em um ritual passível de falhas, que trataremos o tradutor.

Em consonância com Pedro de Souza (2003), visamos “pensar o processo subjetivo como um fenômeno *passivo e ativo* nos meandros de dada ordem discursiva” (p.37, grifos nossos). Isto significa que não pretendemos entender o tradutor nem como mero reflexo das contingências sócio-históricas e político-ideológicas, nem como senhor pleno de suas ações. A proposta é levar em consideração a possibilidade de um sujeito, que é desde sempre assujeitado, recusar e subverter as regras, normas, ideologias etc. que o determinam. Ou, em outras palavras, entender “como é possível que [encarcerado] o sujeito *resista*” (*ibidem*, p.41), mesmo sem saber que resiste.

Nesse sentido, a AD nos é particularmente interessante, uma vez que também tem como foco de interesse investigar qual a margem de liberdade do sujeito no processo de assujeitamento. De acordo com a AD, não há um processo de desassujeitamento, é importante dizer, mas não há também um assujeitamento sem falhas. Como pretendemos mostrar, para a AD não há uma determinação do sujeito pelas contingências sócio-históricas externas a ele; há um sujeito assujeitado pela ideologia e pelo inconsciente, num processo que envolve o equívoco, a falha e, portanto, a abertura para o novo, para a subversão.